



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA FACULDADE CAPIVARI PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL À GESTÃO SOCIAL

*Emillie Michels - Faculdade Capivari
Expedito Michels - Faculdade Capivari
Luís Moretto Neto - UFSC*

RESUMO

O trabalho pretende analisar a contribuição da Faculdade Capivari para o desenvolvimento sustentável de seu entorno, a partir das perspectivas da responsabilidade social e da gestão social. Observa, em seus objetivos específicos a necessidade de identificar e descrever ações e projetos institucionais para posteriormente analisá-los de acordo com o referencial teórico de apoio. A revisão de literatura foi construída de modo dedutivo, e inicia-se com uma reflexão e evolução histórica dos termos “crescimento econômico” e “ecodesenvolvimento”, bem como o papel das Instituições de Ensino Superior no projeto de desenvolvimento do país, descrevendo suas crises e a necessidade de estar inserida na comunidade sustentavelmente. Em continuidade, discorre sobre as teorias de responsabilidade social, ademais frisa sobre a importância da não vinculação à fins estratégicos, considerando que a responsabilidade social é indicador de avaliação institucional pela Lei n. 10.861 de abril de 2006. Por fim, apresenta a gestão social como possibilidade de complementaridade às teorias de responsabilidade social, em qual o foco é a cidadania deliberativa, e não somente a consentida ou a filantropia. Os resultados delinearam-se a partir da aplicação de questionários semi-estruturados ao corpo docente, discente e técnico-administrativo; e de roteiro de entrevista aos membros do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. As considerações finais permitem inferir que a Faculdade Capivari contribui substantivamente para o desenvolvimento sustentável do seu entorno, contudo mais a partir dos pressupostos da responsabilidade social, do que da gestão social. Percebeu-se que a instituição objeto de estudo de caso possui um ambiente propício para o processo dialógico de gestão, e este deve ser encarado como desafio na gestão da Instituição, quanto a abordagem teórica pretendida neste estudo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável. Instituições de Ensino Superior. Responsabilidade social. Gestão social.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 INTRODUÇÃO

O estudo do termo desenvolvimento, ao se fazer um retrospecto histórico, é constantemente renovado e assume novas interpretações. A forma como se desenvolvem o mercado, a sociedade e as organizações, seja econômica, política, ambiental, cultural ou socialmente, nem sempre foi o foco de todas as abordagens teóricas.

Nesse contexto, surge a responsabilidade social empresarial, quando as organizações se tornaram objeto de estudo não apenas a partir de seu impacto econômico, mas também como responsáveis pelo impacto social no seu entorno. A responsabilidade social produz efeitos no desenvolvimento. O comportamento das organizações, além de gerar emprego, renda, movimentar a economia direta e indiretamente, também reflete em uma melhor qualidade de vida do seu entorno. A realização de projetos e ações sociais que valorizem e criem significados para a comunidade confirmam os propósitos com a sustentabilidade das empresas.

Como possibilidade para contribuir com as teorias da responsabilidade social, surge o conceito de gestão social. Não renega a ótica do capital e econômica, mas propõe uma nova forma de se fazer gestão a partir dos meios, e não dos fins. Muito menos tem caráter filantrópico ou assistencialista, conduz ao desenvolvimento da organização através de práticas conjuntas e por processos de discussão entre todos os atores sociais envolvidos.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, em forma de estudo de caso, deve-se levar em consideração dois aspectos. De um lado, há que se observar a complexidade organizacional das IES. Há que se levar em consideração o capital intelectual, que no mínimo se presume, que nelas atuam. Essa intelectualidade que se presume pré-existente em uma IES exige uma gestão cada vez mais a partir de conceitos de racionalidade substantiva, capazes de eliminar os pontos cegos da atual teoria organizacional.

Do outro lado, visualiza-se a crescente existência de fortes grupos educacionais, e uma constante integração horizontal no segmento produtivo, com hegemonia de empresas de classe nacional aliadas a corporações mundiais. Assim, as pequenas instituições de ensino superior, que são a maioria das faculdades particulares, em vistas à sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade em qual está inserida, devem desenvolver ações que as legitimem e as fortaleça.

Este artigo, fruto de uma investigação complexa de uma dissertação, tem por objetivo analisar a percepção da contribuição da Faculdade de Capivari para o desenvolvimento do seu entorno, na perspectiva da responsabilidade social e da gestão social, e é apresentado, inicialmente, por meio de revisão de literatura pertinente ao tema. Diante do referencial teórico e dos parâmetros metodológicos, e após a caracterização da IES objeto de estudo de caso, apresenta-se a discussão dos dados, indicando quais os desafios da Instituição nos campos da responsabilidade social e da gestão social.

2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO ESTUDO DE CASO



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A Faculdade Capivari – Fucap surgiu no ano de 1999. Nasceu da inspiração pela transformação, prometida na década de noventa para o segundo milênio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, ampliou as possibilidades para que o Brasil transformasse objetivos em metas para a educação.

Em 21/11/1999 foi fundada a Faculdade Capivari, e em 21/11/2001 foi autorizado o seu funcionamento. Está situada no município de Capivari de Baixo/SC e iniciou suas atividades num prédio da educação básica municipal, quando o município tinha apenas oito anos de emancipação política.

À época, era um município com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH não muito satisfatório, em Santa Catarina. Pelo Ranking do IDH, do Atlas do Desenvolvimento Humano, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 1991 a 2000, o município de Capivari de Baixo estava em 82º lugar entre os 294 municípios catarinenses; e em 345º lugar entre os 5.507 municípios brasileiros. (PNUD, 2011)

Ao se considerar que Santa Catarina estava em 2º lugar dentre os Estados brasileiros, e da alta arrecadação municipal em virtude da empresa Tractebel Energia (Capital Termoelétrica da América Latina), a municipalidade de Capivari de Baixo deveria estar em um melhor patamar. Nesse contexto que surgiu a Fucap: preocupada com o desenvolvimento de seu entorno.

O entorno de Capivari de Baixo possui apenas um município melhor classificado nesse ranking, e é centro de disparidades econômicas e sociais. O município de Tubarão era, à época, o 20º município catarinense e o 61º município brasileiro com melhor IDH. De modo contrário, o município de Imaruí era o 267º no Estado de Santa Catarina e 2.102º em âmbito brasileiro. (PNUD, 2011)

Com relação ao contexto da educação superior em Santa Catarina, até o ano de 2000, somente existiam instituições do sistema ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Esta entidade surgiu em 1974 e, até a virada do milênio tinha como privativa a representatividade das instituições de ensino superior catarinenses. A Fucap proporcionou outra alternativa para a comunidade, no intento de oferecer serviços educacionais com qualidade e preço justo.

Nesse entorno que surge a Faculdade Capivari. Em 2007, construiu sede própria e, além de contribuir economicamente para o município, também é possível, empiricamente, visualizar a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do seu entorno: geração de emprego, qualificação da mão-de-obra local, incremento na arrecadação municipal, renda *per capita* dos seus habitantes, qualidade de vida etc.

A Missão da FUCAP, desde seu surgimento, é “*Desenvolver, por meio da educação superior de excelência, o potencial realizador das pessoas, contribuindo para a formação de cidadãos sadios habilitados para a profissão, para a vida e integrados à comunidade*”. No âmbito da FUCAP, as prerrogativas que arrolam sua missão inserem-na em um contexto participativo no sentido de proporcionar melhorias significativas ao entorno por meio de suas ações educacionais. (FUCAP, 2012)

A missão da IES objeto de estudo de caso tenta conciliar o mercado de trabalho com a cidadania, ou seja, busca aproximar as racionalidades instrumental e substantiva. Além,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

busca a integração com a comunidade a partir de seus alunos e egressos, para o fortalecimento da importância da instituição no contexto regional.

Quanto à sua organização, a FUCAP é administrada por órgãos colegiados e executivos, sendo que os colegiados são compostos pelo Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e os Colegiados dos Cursos. Na vigência do PDI (FUCAP, 2012), ainda serão criados novos órgãos que possuirão uma significativa representatividade, no qual se destacam o Colegiado de Ensino, Iniciação científica e Extensão e a Coordenação Pedagógica. Os órgãos executivos estão distribuídos em Diretoria Geral, Coordenação de Cursos, Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de Avaliação e Iniciação científica Institucional e Coordenação de Programas de Extensão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sob a égide da taxonomia de Vergara (2010), a presente pesquisa será norteada, quanto aos seus fins, como uma pesquisa descritiva, muito utilizada por pesquisadores sociais, e como aplicada. Tendo como objetivo primordial a descrição de uma determinada população ou fenômeno, tal pesquisa possibilita a escolha de métodos correlatos que auxiliam no estudo, como utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e entrevistas, e o estudo de caso. Ainda é aplicada, pois tem finalidade prática na resolução de problemas concretos.

Quanto aos meios, ainda segundo a taxonomia de Vergara (2010), a presente pesquisa é bibliográfica, participante, estudo de caso e pesquisa de campo. Tais procedimentos técnicos possibilitam tornar a investigação possível e com tradição científica, considerando que dessas técnicas resultarão dados e informações substanciais para a consecução dos objetivos de pesquisa. (GIL, 2008).

Uma das principais vantagens da pesquisa de campo, além da quantificação dos dados obtidos, é a possibilidade da pesquisa empírica no local de estudo. (VERGARA, 2010). Destarte, é possível a combinação das técnicas de aplicação de questionários e de entrevistas, que permite uma análise também qualitativa, como abordagens complementares. (MINAYO; SANCHES, 1993). Em síntese, a abordagem será qualitativa e os dados obtidos através da aplicação dos instrumentos de pesquisa servirão para corroborar com tal análise qualitativa.

Ao se valer da estratégia de estudo de caso, buscar-se-á responder aos problemas de pesquisa que se iniciem com “como” e para observar a realidade no contexto em que ela ocorre (YIN, 2001). Gil (2008) ainda afirma que o estudo de caso permite explorar situações reais cujos limites não estão claramente definidos e descrever situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.

Tenório (2004) elegeu cinco indicadores principais para a medição da cidadania e do desenvolvimento local: cidadania, poder público, sociedade civil, capital e potencial do território. Na construção dos instrumentos de pesquisa, foram utilizados estes mesmos indicadores. Abaixo, segue tabela demonstrativa da respectiva distribuição dos indicadores conforme as necessidades de cada instrumento de pesquisa (com relação ao público a que se destina).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Tabela 01 – Relação entre indicadores de Tenório (2004) e os instrumentos de pesquisa

Indicadores de Tenório (2004)	Instrumentos de Pesquisa
Cidadania	A: bloco 3 – questões 3.1 e 3.4 B: questões 4, 5 e 6
Poder público	A: bloco 3 – pergunta 3.2 B: questão 7
Sociedade civil	A: bloco 3 – pergunta 3.5 B: questão 8
Capital	A: bloco 3 – pergunta 3.1 e 3.4 B: questão 9
Potencial do Território	A: bloco 3 – pergunta 3.3 B: questão 10

Fonte: Elaborada pelos autores

Na definição da amostra, para considerar os elementos e sujeitos que farão parte da pesquisa, parte-se do pressuposto sugerido por Gil (2008) em que se destacam o universo da pesquisa como a aglomeração de agentes que possuem características análogas convergentes à problemática definida como objeto de estudo.

A definição da amostra para a aplicação do Instrumento de Pesquisa A segue abaixo, na Tabela 02. No cálculo da amostra, com base em Barbetta (2002), considerou-se um erro estatístico de 5%:

Tabela 02 – População e amostra do Instrumento de Pesquisa A

Instrumento	Categoria	Universo	Amostra
A	Discente	3173	356
	Docente	57	57
	Técnico-Administrativo	29	29

Fonte: Elaborada pelos autores

Com relação ao Instrumento de Pesquisa B, considerando importante a abordagem qualitativa na análise do conteúdo das respostas obtidas através de entrevistas, e a necessidade de profundidade de conhecimento necessário sobre a atuação, impacto e legitimidade social da IES, elegeu-se como universo de pesquisa e amostra os sete (7) membros do Conselho Superior, e os cinco (5) membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Destes, três deles acumulam representação no Conselho Superior, portanto, fazem parte da população, e da amostra, nove pessoas. Estão inseridos nessa população três diretores, secretária de ensino,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

três coordenadores de curso, um representante docente, um representante discente, um representante técnico-administrativo.

Tabela 03 – População e amostra do Instrumento de Pesquisa B

Instrumento	Categoria	Universo	Amostra
B	Membros do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	12	9*
* na personificação dos membros, a amostra é equivalente ao universo.			

Fonte: Elaborada pelos autores

4 REVISÃO DE LITERATURA

A intencionalidade do homem contribui de sobremaneira para que seja definido e identificado o desenvolvimento. Desde a história dos fatos até os ideais utópicos da civilização, a sua ideia perpassa “pelo que se tem” e “pelo que se espera”. Assim, o termo encontra uma cronologia que coincide com a própria história do homem moderno, e o que este espera de seu futuro.

Historicamente, o debate sobre o tema iniciou com a diferenciação entre os termos desenvolvimento e crescimento econômico. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento econômico é, basicamente, aumento de fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 115). Furtado (2000, p. 33) ainda expõe que a:

[...] reflexão sobre o desenvolvimento econômico tem-se concentrado no estudo do processo acumulativo das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores quantitativos que se preocupa o economista desdobra-se o vasto processo histórico da difusão da civilização industrial.

Destarte, o consenso entre os enfoques de desenvolvimento (econômico e social) é o modo capaz de promover uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa. Não parte de uma perspectiva anticapitalista, mas de entendimento da realidade objetiva surgida a partir das conseqüências liberais. Ainda, não deve ser percebida como um idealismo ingênuo e nem em cinismo pragmático, como discutido por Dowbor (1999, p. 01):

Criou-se no Brasil uma estranha separação, entre economistas formais que tratam de coisas "sérias", como taxa de juros, câmbio, investimentos, e os cientistas sociais que se preocupam com a tragédia social e se concentram em denunciar o drama das crianças, dos pobres, dos excluídos. Uns se preocupam com a taxa de crescimento do PIB, e outros trazem o bandaid para as vítimas do processo. Já é tempo de se rever esta esquizofrenia. Entre o cinismo pragmático e o idealismo ingênuo, já é tempo de se construírem as pontes.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Com a necessidade de aperfeiçoamento do conceito de desenvolvimento às demandas e necessidades humanas cada vez mais atuais, surge a preocupação na preservação do meio ambiente, dimensão que apesar de ser discutida academicamente há tempo, estava esquecida na discussão sobre desenvolvimento. Sachs (1993) aponta cinco dimensões da sustentabilidade dos sistemas econômicos, que não se limitam ao crescimento quantitativo:

“O crescimento quantitativo ilimitado da produção material não pode ser sustentado para sempre, dada a finitude da espaçonave Terra. Se desejarmos evitar o inevitável esgotamento do “capital natural”, tanto como fonte de recursos, quanto como sumidouro de resíduos, o processamento de energia e de materiais deve ser contido”. (SACHS, 1993, p. 35)

O autor discute as cinco dimensões, afirmando que devem ser levadas em conta em todo planejamento de desenvolvimento, são elas: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. (SACHS, 1993)

O objetivo da dimensão social é a melhora dos níveis de distribuição de renda, de modo a reduzir as desigualdades entre as classes sociais. A sustentabilidade econômica refere-se à eficiência econômica do sistema, não apenas numa análise microeconômica; ou seja, aumento de eficiência na alocação de recursos ou na gestão deles. A dimensão ecológica requer a preservação do meio ambiente, sem comprometer os recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial concerne o tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, bem como uma melhor distribuição territorial da população. E, por fim, a dimensão cultural está relacionada com a alteração da cultura quanto ao ecodesenvolvimento, de maneira a despertar a consciência ambiental na redução de consumo de produtos causadores de maiores impactos ambientais. (SACHS, 1993)

Enfim, as Instituições de Ensino Superior, sejam públicas ou privadas, também se inserem nessa verificação de contribuição para o desenvolvimento do poder de base local. Consoante a cronologia de Morhy (2004), o surgimento da educação superior no Brasil é considerado tardio. Ainda segundo o autor, até o ano de 1900 não existiam mais do que 24 escolas de educação superior, e até os dez anos seguintes não havia uma única universidade.

Após a descolonização, do surgimento das primeiras universidades, dos atuais modelos de universidade, surge o principal aspecto estruturante para o desenvolvimento da educação superior no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trouxe inovações para o segmento educacional. A educação superior, sobretudo o segmento privado, passou a buscar o desenvolvimento sob os aspectos determinados pela lei, o que promoveu o que Garcia (2006) chama de *boom* da educação superior no Brasil, desde que atendidas considerações importantes no aspecto estrutural e de regulação das instituições.

Nesta abertura de mercado para a iniciativa privada, Santos (1999) discute as crises ocasionadas nas universidades. São elas: de hegemonia, de legitimidade e institucional. Santos (2006) se propõe refazer uma análise do atual contexto da universidade, partindo como pressuposto as políticas liberais e neoliberais, que fizeram com que a universidade entrasse em contradição nas suas funções.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A primeira das crises, a de hegemonia, vem sendo observada ao longo do século XX, com um agravamento a partir das suas últimas décadas. Ela resulta das contradições funcionais da universidade: de um lado, as funções tradicionais, como produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos; de outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão-de-obra qualificada exigida pelo capitalismo. (SANTOS, 1999).

A segunda das crises é a de legitimidade, provocada pelo fato de a universidade não ser mais instituição consensual em face de outras duas contradições. De um lado, a “hierarquização dos saberes especializados através das restrições de acesso e da credenciação de competências”, e do outro, “as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares” (SANTOS, 1999, p. 05). Da mesma maneira, o autor traz a implicação mútua entre a crise de hegemonia e a crise de legitimidade. Enquanto na hegemonia reflete-se sobre o tipo de conhecimento produzido, a legitimidade da universidade tende a alterar-se com a alteração do grupo social a que se destina.

A terceira e última crise abordada é a institucional, que, assim como as duas anteriormente citadas, resulta de duas contradições. A reivindicação da autonomia na definição de objetivos e valores da universidade *versus* a pressão crescente para submeter a universidade a critérios de eficácia e de produtividade. (SANTOS, 1999). Para o autor, é essa a crise mais recente, resultado dos últimos vinte anos. Em parte porque foi agravada pelas crises de hegemonia e de legitimidade, e vêm se tornando mais problemática em virtude da crise do Estado e a desaceleração da produtividade em países centrais.

Na busca de sua emancipação e democratização, a universidade também busca uma reaproximação com sua legitimidade, e Santos (2006) ressalta a prescindibilidade de reforçar sua responsabilidade social. Um dos conceitos de responsabilidade social abrange quatro dimensões: econômica, legal, ética e discricionária (filantrópica).

Figura 1 – Pirâmide das dimensões da responsabilidade social



Fonte: Adaptada de CAROLL, 1991.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A dimensão legal da organização é “o alicerce de todas as atividades da empresa [...] por meio das leis, a sociedade força uma conduta aceitável.” Refere-se, assim, ao que a sociedade acredita como certo ou errado, expressos em regulamentos e leis municipais, estaduais e federais que o governo cria para estabelecer padrões mínimos de comportamento responsável. São cinco principais grupos que regulam essa dimensão: regulamentação da concorrência, proteção dos consumidores, proteção do meio ambiente, promoção da equidade e segurança, incentivos para promover o cumprimento de programas internos de empresas para prevenir a má conduta. (FERREL, 2001, p. 69)

A dimensão ética é o segundo degrau da responsabilidade social e refere-se a “comportamentos e atividades esperados ou proibidos no que interessa ao pessoal da empresa, à comunidade e à sociedade, mesmo que não codificado por lei.” Inclui padrões, expectativas ou normas que refletem as preocupações de todos os públicos envolvidos com a empresa. Empregados, clientes, fornecedores, acionistas e a comunidade devem ter respeitados e protegidos seus direitos por parte da empresa. Essa dimensão está muito relacionada aos valores e princípios morais dos indivíduos. (FERREL, 2001, p. 78)

A dimensão econômica contempla a responsabilidade da organização relacionada com a sua sobrevivência e seu crescimento no mercado, e as conseqüentes externalidades positivas; geração de produtos e serviços, emprego, renda e tributos. “Refere-se à maneira como os recursos para a produção de bens e serviços são distribuídos no sistemas social [...] os impactos produzidos pela economia e a concorrência.” Está, portanto, diretamente relacionada com as ações tomadas pelos sócios, que têm o poder financeiro sobre a administração da empresa. (FERREL, 2001, p. 81)

A última dimensão a ser galgada pela empresa socialmente responsável é a discricionário/filantropica. É restituir à comunidade o que dela foi retirado/extraído, sendo uma empresa cidadã. “Diz respeito às contribuições das empresas à sociedade, que espera que ela contribua para a qualidade de vida e bem-estar”, principalmente com o seu entorno. A responsabilidade das empresas para com as comunidades próximas, no sentido de bem-estar, engloba donativos a obras de caridade, patrocínios e prestação de serviços comunitários. Caso seja caracterizado como ferramenta de divulgação mercadológica, chama-se de filantropia estratégica. (FERREL, 2001, p. 83).

Aplicado o conhecimento de RS à IES, o processo de avaliação do ensino superior está diretamente relacionado com a necessidade de adaptação da educação às exigências de qualidade e de desenvolvimento da educação superior, o que tem levado à busca de novas práticas de gestão. Para Ristoff (2000), falar de qualidade significa falar de avaliação, especialmente na área educacional. É no processo avaliativo, segundo o autor, que se obtém subsídios que permitam ações administrativas e acadêmicas com a participação de todos.

Atualmente, a avaliação do Ensino Superior é regulada pelo Sinaes, através da Lei n. 10.861 de 2004. O Sinaes é constituído por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Tem como finalidade avaliar todos os aspectos envolvidos na Educação Superior: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros. O Sinaes tem como objetivos:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2006)

Como já identificado, a responsabilidade social faz parte das dez dimensões da avaliação institucional e o art. 3º. da Lei nº. 10.861/04. Destaca-se que o objetivo da avaliação das IES é a identificação do seu perfil e do significado de sua atuação nas diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente:

[...] a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural [...]. (BRASIL, 2006)

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa traz a seguinte descrição para avaliação: “a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.” (MEC/INEP, 2010). Dessa forma, a responsabilidade social na ambiência da educação superior remete à proposta do desenvolvimento sustentável, de contribuição institucional além do econômico.

A organização cidadã como é tratada pela quarta dimensão do conceito de responsabilidade social, é construída a partir de pressupostos de uma cidadania tutelada ou assistida. (DEMO, 1995). A filantropia por vezes é necessária, mas não permite a emancipação, e sim, a alienação. Toda evolução alcançada no papel da organização perante a sociedade não pode ser desvalidada, contudo, não mais é suficiente na perspectiva do desenvolvimento como um processo aliado ao tempo. Conceitualmente, a quarta dimensão está distante de uma cidadania deliberativa, e aparenta estar desatualizada frente à outras teorias de responsabilidade social.

Garriga e Melé (2004) classificam as teorias de responsabilidade social em quatro grandes grupos e concluem acerca de suas limitações, e apontam a necessidade de desenvolver uma nova teoria sobre as relações comerciais e da sociedade, que deverá integrar estas quatro dimensões.

Nesta perspectiva, as práticas de responsabilidade social nas IES devem ser realizadas com cautela gerencial, para que não seja fruto da racionalidade instrumental, de simples cumprimento de um papel como composto da avaliação institucional. A responsabilidade social como filantropia, assistencialismo, clientelismo não é suficiente para que a instituição de ensino superior seja “da região”, ao invés de simplesmente “estar na região”. (ROLIM; SERRA, 2009)



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Santos (2002), nesse mesmo olhar, afirma que a universidade não deve ser funcionalizada a partir de seu desempenho na responsabilidade social. Ao contrário do que o capitalismo educacional faz crer, as deficiências no desempenho da responsabilidade social da universidade não decorrem do excesso de autonomia, mas, pelo contrário, da falta dela e dos meios financeiros adequados.

Então, surge a proposta da gestão social como possibilidade de complementar as teorias de responsabilidade social, por meio de sua dialogicidade permitida pela da cidadania deliberativa, e não consentida, para fortalecimento do poder de base local e como alternativa de solução para a crise de legitimidade da universidade do século XXI.

Tenório (2002) inicia sua explanação com seguinte questionamento: “Tem razão a Administração?”. Constrói seu raciocínio a partir da relação entre ação racional e emancipação. Para o autor, a ação racional com relação aos fins não permite que administradores e administrados desenvolvam suas ações de forma emancipadora, o que, por sua vez, provoca alienação. A proposta é, baseando-se na teoria comunicativa de Habermas, afastar o marasmo funcionalista das teorias organizacionais e promover a mediação e tomada de decisões de modo dialógico entre os agentes sociais do processo.

Assim, para tornar-se possível a ação comunicativa, evoca-se o conceito de cidadania deliberativa para a compressão da proposta da gestão. De acordo com Tenório (1998), a cidadania deliberativa é aquela em que a participação se dá através da argumentação em um processo democrático, onde o cidadão opina sobre o seu destino social, seja como pessoa humana quer como eleitor, consumidor, trabalhador, entre outros. Ou seja, a participação possibilita a autodeterminação a partir da democracia social, e não sob a lógica do mercado.

Segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 684):

[...] pensar em gestão social, é pensar além da gestão de políticas públicas, mas sim estabelecer as articulações entre ações de intervenção e de transformação do campo social, que é uma noção mais ampla, e que não se restringe à esfera público-governamental, como vemos a exemplos das ações de responsabilidade social e do crescimento do terceiro setor.

A gestão social, portanto, se consolida na divorciação do paradigma funcionalista (que não favorece a participação, mas sim uma gestão a partir de critérios de interesses) para o favorecimento da racionalidade substantiva, que destaca os valores humano-sociais, privilegia a cooperação e compreensão entre as pessoas, a emancipação da consciência individual e a preocupação com o bem-estar. (RAMOS, 1989). Gestão social, portanto, propõe “uma forma de gestão organizacional que do ponto de vista da sua racionalidade pretende subordinar as lógicas instrumentais a outras mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas.” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 30)

Assim, a gestão social propõe uma transformação dos meios. Não condena a busca pelos resultados, quaisquer que sejam os objetivos da organização, contudo aponta a questão social na perspectiva de participação e de cidadania no processo de decisão



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

organizacional, não apenas como ação racional de um grupo da coalizão dominante sendo imposta a um grupo menos privilegiado.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos objetivos da pesquisa, neste capítulo serão discutidas as considerações a partir do processo de coleta e organização de dados. Para uma melhor sistematização, serão apresentados e analisados os dados de acordo com os instrumentos de pesquisa, através das categorias de pesquisa elencadas nos procedimentos metodológicos do trabalho.

Tabela 04 – Análise dos dados do Instrumento de Pesquisa A

INSTRUMENTO DE PESQUISA A	DIMENSÃO	DADOS POSITIVOS OBTIDOS (%)
Bloco 1 – Desenvolvimento sustentável: A Faculdade Capivari:	1.1 Contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade em seu entorno.	93,8
	1.2 Dimensão social	88,1
	1.3 Dimensão econômica	94,1
	1.4 Dimensão ambiental	95,4
	1.5 Dimensão territorial	84,7
	1.6 Dimensão cultural	92,4
Bloco 2 – Responsabilidade Social A Faculdade Capivari é uma organização:	2.1 Socialmente responsável.	97,4
	2.2 Dimensão legal	94,7
	2.2 Dimensão ética	96,7
	2.3 Dimensão econômica	96,4
	2.4 Dimensão filantrópica	96,3
Bloco 3 – Gestão social A Faculdade Capivari:	3.1 Permite a interação/participação de todos no seu processo de gestão.	83
	3.2 Indicador cidadania	92,6
	3.3 Indicador poder público	93,3
	3.4 Indicador sociedade civil	93,3
	3.5 Indicador capital	96,6
	3.6 Indicador potencial do território	96,4
	3.7 De que forma você vê a contribuição da Fucap para o desenvolvimento da região?	Pergunta aberta

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir dos dados do Instrumento de Pesquisa A, no bloco 1 – Desenvolvimento sustentável, notou-se muita coerência nas respostas dos participantes. Ressalta-se que as dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável mais bem percebidas são a econômica e a ambiental, contudo as outras três também foram muito bem avaliadas. Tal análise denota que a dimensão ambiental é tratada com especial cuidado pela gestão da IES.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Conforme as afirmações de Santos (2006) sobre as crises da universidade, sendo uma delas a de legitimidade, o reconhecimento da comunidade da importância da IES e de sua gestão sustentável permite que haja um sentimento de pertencimento da comunidade para com ela. Assim, a IES passa a ser da região, e não somente está inserida nela, como dissertam Rolim e Serra (2009) sobre as duas perspectivas de atuação das instituições de ensino superior.

Partindo para a análise do bloco 2 – Responsabilidade social, sob a percepção do corpo discente, docente e técnico-administrativo, não há nenhuma dimensão específica da responsabilidade social para se destacar. Todas foram bem avaliadas sem grandes diferenças percentuais.

Numa análise do bloco 3 – Gestão social, sob a percepção do corpo discente, docente e técnico-administrativo destaca-se que o indicador de cidadania e desenvolvimento local que mais se destacou foi o capital e o potencial do território. Contudo, os indicadores cidadania, sociedade civil e poder público também foram muito bem avaliados, ressaltando que na percepção dos respondentes a Faculdade Capivari permite a participação de todos no processo de gestão e que desenvolve em suas atividades articulação com todos os indicadores de Tenório (2004) para o desenvolvimento local.

Para encerrar o Instrumento A de Pesquisa, na questão 3.7, os respondentes tinham a opção de preencher uma questão dissertativa sobre a contribuição da Fucap para o desenvolvimento da região, a partir de seu depoimento pessoal e/ou profissional. Dentre as diversas respostas, na análise de conteúdo foram identificadas as dimensões sociais e econômicas do conceito de desenvolvimento sustentável.

Com relação à dimensão social, os depoimentos remetem ao fato de a referida IES possibilitar o acesso dos menos favorecidos à educação superior, que seria um sonho que muitos achavam que não conseguiriam realizar em virtude das mensalidades serem mais baixas que os concorrentes da região. Ainda, houve relatos de que ajuda na retirada de jovens da rua, dando oportunidades.

Quanto à dimensão econômica, os relatos identificam a forte ligação com as satisfações e necessidades do mercado, tanto por parte da IES, como por parte de seus alunos. Isso significa que, por parte da IES, entendem que gera riqueza, inovação com qualidade; e por parte dos alunos, professores e técnico-administrativos entendem que forma profissionais responsáveis e com consciência para o mercado de trabalho, com enfoque empreendedor.

Ainda, houve relatos significativos quanto à flexibilidade financeira da IES e o que isso facilita na manutenção dos discentes no ensino superior. As boas condições de pagamento e renegociação, aliadas às oportunidades do ProUni – Programa Universidade para Todos, e do FIES – Financiamento Estudantil, garantem a oportunidade dos alunos a continuarem seus estudos, mesmo com dificuldades financeiras.

Ressalta-se que as dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável ambiental, territorial e cultural não foram citadas explicitamente na questão 3.7 do Bloco 3, contudo foram bem avaliadas nas questões do Bloco 1. Quanto às perguntas do Bloco 2, aponta-se que o entendimento da responsabilidade social da Faculdade Capivari, de acordo com a percepção dos respondentes, concentra-se na ideia de filantropia, de atendimento à



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

demandas e investimentos em projetos sociais e culturais, bem como a questão ética. Ressalta-se que não se percebeu depoimentos que deturpassem o entendimento de responsabilidade social, mas realmente de preocupação da IES com a realidade da sua comunidade.

Quanto às questões 3.1 a 3.6 do Bloco 3, foram identificados apenas dois relatos diretos com relação à gestão social e participação dos discentes, docentes e técnico-administrativos na gestão da Faculdade Capivari. Tais depoimentos remeteram à ideia de que a IES consulta a comunidade na proposição de novos projetos, incentivando ações de cooperação entre entidades locais e regionais em atividades diretas e indiretas, entre a comunidade e a faculdade.

Ainda, relataram que a relação é muito transparente entre todos (discente, docente e técnico-administrativos), e que a IES deixa-os a vontade para expor suas ideias e opiniões, com o objetivo claro e objetivo de crescimento mútuo. Assim, demonstra a possibilidade do entendimento de que há um ambiente propício para uma gestão social, onde todos os atores sociais dialogam no processo decisório. O desafio seria o amadurecimento do propósito da gestão social.

Na aplicação do Instrumento B de Pesquisa, foram entrevistados os membros do Conselho Superior e dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Suas opiniões e sugestões são importantes como fontes de dados deste estudo, considerando que são os órgãos máximos de deliberação da instituição objeto de estudo de caso.

A primeira pergunta referia-se a questão do desenvolvimento sustentável (SACHS, 1993), se a Faculdade Capivari assim contribuía. Nas respostas, as dimensões mais citadas como que contribuía diretamente são a social e a ambiental, relacionando de forma coerente com a análise dos dados do Instrumento A de Pesquisa, bloco 1. A formação de profissionais com competências e habilidades técnicas e humanas caracterizou a dimensão econômica, além da social. No desenvolvimento ambiental foram citadas algumas práticas da Faculdade Capivari quanto à preservação do meio ambiente e preocupação com as margens do Rio Tubarão, tal como também analisado no bloco 1 do Instrumento A de Pesquisa.

A segunda pergunta relaciona-se sobre qual a maior contribuição da Instituição para a região em que está inserida e que de que outras formas poderia contribuir ainda mais. No primeiro momento, constatou-se que foi a modificação das relações de poder na região, transferindo-o de uma elite para os situados na base da pirâmide. A educação superior modificou o cenário da região, e pelo fato de alcançar os filhos dos municípios interioranos, que não são atendidos pela via pública e nem tinham condições de pagar as mensalidades da concorrência, promove a inserção social e respeito ao multiculturalismo.

Sobre o que poderia contribuir ainda mais, a sua expansão foi comentada, na oferta de novos cursos, mas o que predominou foi a preocupação na interação com a comunidade. Algumas sugestões advieram, como: estruturar a pesquisa como mecanismo de observância e atendimento das necessidades da região, através de projetos que valorizem a cidadania deliberativa; promover mecanismos que preconizem a interação entre o conglomerado empresarial e a instituição, para que não se isole do mercado onde os egressos atuam; buscar o desenvolvimento de projetos de extensão, antes verificando as necessidades de qualificação da população da região.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Na terceira pergunta, os entrevistados tinham que dar sua impressão sobre a responsabilidade social da Faculdade Capivari, bem como caracterizar alguns projetos e ações que assim a caracterizariam. Foi unânime a percepção da responsabilidade social da IES. Sobre o segundo momento da pergunta, as ações ambientais foram destacadas na manutenção do equilíbrio ecológico de seu entorno. As entrevistas remetem à preocupação na construção da sede, em qual se manteve a vegetação existente e adicionando animais, que inclusive auxiliam no controle de insetos comuns às margens do Rio Tubarão.

Todas as dimensões do conceito de responsabilidade social de Ferrell (2001) foram identificadas nas entrevistas: *legal*, pois atua de acordo com PNE – Plano Nacional de Educação, PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, atende à legislação vigente de avaliação institucional etc.; *ética*, pois respeita a diversidade e sua conduta é condizente com a expectativa dos alunos, professores e funcionários; *econômica*, pois valorizou imobiliariamente o seu entorno, possibilitou uma melhor distribuição de renda às famílias da comunidade, favorecendo o emprego e a renda; *filantrópica*, em virtude de seus projetos sociais e interação com a comunidade. Nesta última dimensão, os projetos mais mencionados foram o em conjunto com a Associação Amigos da Música.

A quarta pergunta envolve a gestão da Faculdade Capivari, se é voltada para o bem comum (na qual os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais dos sócios). Houve unanimidade de forma positiva. Os entrevistados afastam a percepção de que os interesses do mantenedor/sócio se sobressaem ao da organização e que isso facilita o senso de justiça e transparência na relação de trabalho como membros dos Conselhos. Não identificam vantagens pessoais através da atividade diretiva do mantenedor/sócio, caracterizando a gestão como sendo democrática e participativa nas decisões convergentes à visão da instituição.

A quinta pergunta do Instrumento B de Pesquisa é sobre a acessibilidade da Faculdade Capivari no sentido de proposição de projetos de iniciativas populares, onde as próprias comunidades solicitam ações de seu interesse. Neste momento, alguns dos entrevistados mencionaram visualizar a IES como aberta aos chamados e aos clamores sociais, mas que a participação da sociedade civil poderia ser mais contundente.

A sexta pergunta refere-se à participação de todos no processo de gestão da Faculdade Capivari. As respostas foram cautelosas no sentido de haver participação nas decisões estratégica em alguns assuntos que são relacionados à sobrevivência da IES. No mais, as em que poder haver cunho compartilhado, nas demandas ou ações relacionadas com o bem comum, a participação acontece e é bem-vinda. Nestes casos, a comunidade, os alunos, professores, técnico-administrativos, então, pode opinar e auxiliar no processo de gestão, o que contribui ainda mais para o desenvolvimento de seu entorno.

As quatro perguntas subseqüentes envolvem quatro indicadores de desenvolvimento local de Tenório (2004), e portanto serão analisadas de modo integrado. Do mesmo modo do analisado no bloco 3, do Instrumento A de Pesquisa, todos os indicadores foram bem avaliados pelos entrevistados.

Com relação ao indicador “sociedade civil”, salientou-se nas entrevistas que a Faculdade Capivari tem boa relação com a comunidade principalmente a partir dos projetos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

sociais que mantém com algumas associações do município. Desde o início das suas atividades, em 2000, a IES manteve contato com a comunidade, viabilizando projetos que fossem de seu interesse.

Quanto ao indicador “poder público”, a relação e articulação da Faculdade Capivari também foi bem avaliada. Um dos entrevistados salientou que a relação entre o poder público municipal poderia ser mais desenvolvida, entretanto, em outra das entrevistas se entende que uma vinculação mais próxima ainda pode tender ao partidarismo e descaracterizar as intenções da faculdade frente ao poder público. Uma sugestão advinda de uma entrevista propõe que a IES poderia auxiliar o poder público municipal a trabalhar com instrumentos participativos, que é uma despreocupação do governo local.

No indicador “capital” foram relatadas as experiências de responsabilidade social, que negam a falta de sensibilidade social. Com relação ao desenvolvimento sustentável, cujo tema também foi objeto da primeira pergunta do Instrumento B de Pesquisa, as dimensões do desenvolvimento sustentável de Sachs (1993) mais citadas foram novamente a social e a ambiental. Com relação aos instrumentos de planejamento, os entrevistados mencionaram o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, o qual é revisado constantemente e que possui impacto nas atividades da IES.

A última pergunta do referido instrumento de pesquisa refere-se ao indicador “potencial do território”. As entrevistas apontaram que tanto conhece o potencial do território, que foi no município de Capivari de Baixo que a Fucap se instalou. Até hoje, a Tractebel Energia e a Prefeitura Municipal são os maiores empregadores, e antes do surgimento da IES havia uma forte dependência do poder público na geração de empregos. Ainda, o município situa-se estrategicamente no centro da região da Amarel – Associação dos Municípios da Região de Laguna, o que favorece o deslocamento dos alunos das cidades interioranas.

Assim, diante do todo discutido, percebe-se que a Faculdade Capivari contribui diretamente para desenvolvimento de seu entorno mais a partir da perspectiva da responsabilidade social, do que da gestão social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para a análise final dos dados obtidos através da aplicação de questionário e roteiros de entrevistas, conclui-se que a Faculdade Capivari, a partir da percepção dos respondentes ao Instrumento A de Pesquisa e dos entrevistados por meio do Instrumento B de Pesquisa, contribui para o desenvolvimento de seu entorno, a partir das dimensões do ecodesenvolvimento. Demonstra preocupação com a comunidade, em ser da região e não apenas estar inserida nela.

Salienta-se que a duas dimensões pode ser dada maior atenção como busca do aprimoramento sustentável da IES: a cultural e a espacial, criando mais oportunidades para conciliar a questão das raízes culturais da região com o processo de modernização e afirmando a sua contribuição no favorecimento da redução da concentração excessiva da população nas áreas metropolitanas, respectivamente.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Com relação aos aspectos de responsabilidade social, unindo os dados primários da pesquisa à descrição dos projetos e ações sociais institucionais, pode-se inferir que a Faculdade Capivari corresponde à expectativa dos participantes da amostra como sendo responsável socialmente. Sua preocupação com o bem-estar da comunidade e a percepção de sua intenção em devolver à sociedade os benefícios de sua atividade, torna a IES referência no desenvolvimento da região.

Contudo, destaca-se que a filantropia e o assistencialismo, dentro das dimensões da responsabilidade social, não desmerecendo seus benefícios imediatos, não devem ser apresentados como as grandes respostas para os excluídos economicamente. O empoderamento a partir do conhecimento, da transferência de tecnologia social, da participação conquistada, da cidadania deliberativa, podem auxiliar a Faculdade Capivari contribuir ainda mais para o desenvolvimento do seu entorno. a alcançar algo mais.

Destaca-se que tal imagem institucional deve-se ao fato de a IES modificar a relação de poder através do conhecimento e oferecer serviços aos cidadãos situados na base da pirâmide. A educação superior modificou o cenário da região, e pelo fato de alcançar os filhos dos municípios interioranos, que não são atendidos pela via pública e nem tinham condições de pagar as mensalidades da concorrência, promove a inserção social e respeito ao multiculturalismo.

Quanto à gestão social, partindo dos indicadores de desenvolvimento local com cidadania, pode-se concluir que a Faculdade Capivari tem um canal aberto com comunidade, discentes, docentes, técnico-administrativos, sociedade civil organizada e poder público, e mantém um ambiente propício à participação dos interessados no processo decisório, contudo, não significa que é considerada puramente com uma gestão social. Não se pode afirmar ser a IES objeto de estudo de caso uma organização que gere socialmente, contudo visualiza-se algumas ações e projetos que assim poderiam ser caracterizados.

Devem ser encarados como desafios institucionais, de acordo com o referencial teórico traçado neste trabalho:

- (a) Incrementar a prática da cidadania deliberativa a partir de mecanismos institucionais de participação na gestão em decisões que podem ser compartilhadas;
- (b) Estruturar a prática da iniciação científica como mecanismo de observância e atendimento das necessidades da região, através de projetos que valorizem a cidadania deliberativa;
- (c) Criar mecanismos que preconizem a interação entre o conglomerado empresarial e a instituição, no intento fortalecer seus projetos pedagógicos de cursos através de sugestões dos atores envolvidos nas respectivas profissões;
- (d) Buscar o desenvolvimento de cursos e projetos de extensão, antes verificando as reais necessidades da população a partir de seus anseios.

Tais desafios de gestão favorecem a manutenção da importância e compromisso das instituições de ensino superior com o meio em que atuam, e podem ser além de instrumento de legitimação e gerar sentimento de pertencimento à realidade da comunidade, para as pequenas pode significar não serem engolidas pelo mercado.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Na intencionalidade de dar continuidade ao desenvolvimento do tema, considerando sua emergência acadêmica e prática, sugere-se abordar o estudo de forma a contemplar outros sujeitos de outras categorias diferentes de amostras. Podem ser contemplados: a comunidade externa, membros dos poderes executivo municipal e legislativo da região da Amarel, representantes da sociedade civil organizada, utilizando o trabalho já realizado pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril 2006**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras Providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 16 nov. 2011.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011.

CAROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization stakeholders. **Business Horizons**, July-Aug., 1991.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, 8(1): 3-16, 1999.

FERRELL, O. C. **Ética empresarial: dilemas, decisões e casos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T. et al. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

FUCAP. **Plano de desenvolvimento institucional da Faculdade Capivari**. Capivari de Baixo. 2012.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, M. **Gestão profissional em instituições privadas de ensino superior: um “guia de sobrevivência” para mantenedores, acionistas, reitores, pró-reitores, diretores, coordenadores, gerentes e outros gestores institucionais**. Brasil: Hoper, 2006.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, Netherland, n. 53, p. 51-71, 2004.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, S.; VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. **Universidade e desenvolvimento local: uma abordagem institucional**. Porto Alegre: Sagra, 2005.

MEC/INEP. **Instrumento de avaliação institucional externa**. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MORHY, L. **Universidade no mundo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: 24 maio 2011.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.

RISTOFF, D. Avaliação Institucional: afirmando valores. **Revista Educação e Ensino-USF**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 13-21, dez., 2000. Disponível em: <<http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SACHS, I. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para um reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. Portugal: Cortez, 2006.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7 ed. Portugal: Edições Afrontamento: 1999.

TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: **IX Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública**, Madrid, España, nov. 2004.

_____. **Tem razão a administração?: ensaios de teoria organizacional**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.